

## ANÁLISE DO PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA – CANANÉIA/SP SOB A PERSPECTIVA DO CICLO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO

**Bárbara Luísa Martins Mariano de Souza(\*)**, **Milton Lafourcade Asmus**.

\* Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro - PPGC. Laboratório de Gerenciamento Costeiro/ Departamento de Oceanografia.

### RESUMO

A criação da Reserva Extrativista do Mandira é um projeto de desenvolvimento sustentável baseado principalmente no manejo da atividade extrativista de ostras, e é considerado pioneiro no Brasil por proteger a biodiversidade e valorizar a comunidade tradicional que vive e depende da reserva. O plano gestor desta Unidade de Conservação é produto de um processo de doze anos de cooperação e troca de informações entre moradores, técnicos e pesquisadores. O Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/SP trata-se de um caso em que se é possível evidenciar cada um dos estágios que configuram o ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado: 1) Identificação e levantamento dos temas; 2) Planejamento e preparação do programa; 3) Adoção formal e financiamento; 4) Implementação; 5) Operação; e 6) Avaliação. A aplicação dos fundamentos do gerenciamento costeiro, tendo-se por base os estágios do ciclo do GCI, permite o estabelecimento e condução de processos decisivos para que se alcance um resultado positivo para um plano, projeto ou programa na zona costeira. Como por exemplo, a definição do processo de avaliação referente ao Plano de Manejo da RESEX de Mandira, que não se apresentou de maneira pontuada e objetiva no documento em questão, poderia ter sido mais bem definido e conduzido se baseado nos pressupostos do Gerenciamento Costeiro Integrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciclo do GCI, Plano de Manejo, RESEX do Mandira.

### INTRODUÇÃO

O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) pode ser definido com um processo contínuo e dinâmico pelo qual decisões são tomadas, visando o uso sustentável, desenvolvimento e proteção das áreas marinhas e costeiras e de seus recursos. O GCI possui diferentes aplicações no ambiente costeiro, e o desenvolvimento de seus programas seguem estágios típicos, os quais se sucedem formando o chamado Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado.

O presente estudo tem como objetivo demonstrar um caso prático que se aplica o ciclo do GCI. Com esse intuito é desenvolvida uma análise do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista (RESEX) do Mandira – Cananéia/SP sob a perspectiva deste mesmo ciclo.

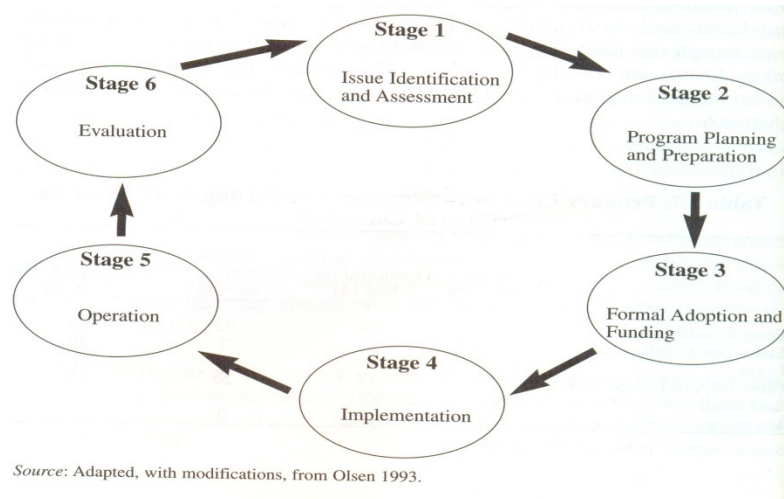
Este trabalho apresenta a contextualização do Plano de Manejo da RESEX do Mandira, seguida da análise do documento.

### METODOLOGIA

O trabalho demonstra uma aplicação do ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) proposto por Biliana Cicin-Sain e Robert Knecht (1998). Para tanto definiu-se que seria realizado um estudo de caso, ilustrado aqui pelo do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/SP.

Inicialmente é exposto o contexto ao qual o Plano de Manejo da RESEX do Mandira se insere, sendo apresentada a caracterização pertinente à Unidade de Conservação e sua população beneficiária.

Posteriormente, desenvolve-se a análise do plano de manejo em questão, a partir da observância de cada um dos seis estágios definidos pelo ciclo do GCI (Figura 01), os quais são: 1) Identificação e levantamento dos temas; 2) Planejamento e preparação do programa; 3) Adoção formal e financiamento; 4) Implementação; 5) Operação; e 6) Avaliação.



**Figura 01: Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado. Fonte: Adaptado de Cicin-Sain e Knecht (1998).**

## A RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA

A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e divide as Unidades de Conservação em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Enquanto a primeira visa à preservação da natureza, com uso apenas indireto de seus recursos naturais; a segunda sugere a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais. As Reservas Extrativistas se enquadram no grupo de UCs de Uso Sustentável, e em sua maioria possuem comunidades tradicionais altamente dependentes dos recursos destas unidades de conservação.

A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada no Art. 18º dessa Lei como: “(...) *uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade*”.

A Reserva Extrativista do Mandira (Figura 02) foi criada em 2002, pelo Governo Federal. A Unidade de Conservação situa-se no município de Cananéia/SP numa área de mangue de cerca de 6.000 hectares, onde reside a comunidade quilombola/caiçara do Mandira. Esse projeto de desenvolvimento sustentável está baseado principalmente no manejo da atividade extrativista de ostras, e é considerado pioneiro no Brasil por proteger a biodiversidade e valorizar a comunidade tradicional que vive e depende da reserva.

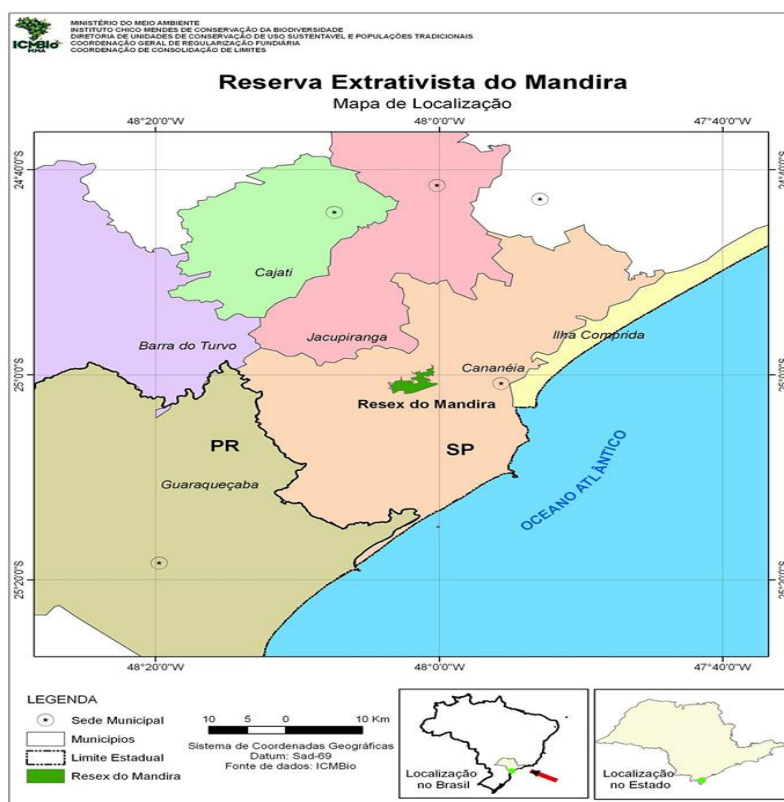


Figura 02: Mapa de localização da Reserva Extrativista do Mandira. Fonte: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio/MMA (2010).

A comunidade Mandira é composta por cerca de 15 famílias, aproximadamente 70 habitantes, quilombolas e caiçaras, sua formação está ligada ao contexto socioeconômico e cultural regional dos bairros rurais negros. A população vem de um histórico de pressões e impactos de cunho histórico, cultural, geoambiental e socioeconômico. A comunidade foi fortemente afetada pela imposição de Unidades de Conservação de uso indireto sobre o seu território e como consequência traçou um caminho de organização e luta que levou ao próprio reconhecimento da comunidade como quilombola e à criação de sua reserva extrativista (SILVA, 2008).

As populações tradicionais, segundo Arruda (1999), corporificam um modo de vida culturalmente mais harmonioso com o ambiente, mas independentemente disso vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a sofrerem os danos decorrentes da destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

Referente a esse aspecto específico se destaca a relevância da Lei 9.985/2000 do SNUC, a qual, em art. 27, § 2º, estabelece que na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas seja assegurada a ampla participação da população residente.

O Plano de Manejo trata-se de um dos importantes instrumentos legais para a gestão das Unidades de Conservação, o mesmo é caracterizado na Lei do SNUC como o “(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

A solução mais viável seria então pensar os planos gestores para essas UCs partindo e indo ao encontro de uma Gestão participativa, unindo visões dos gestores, do governo, da sociedade organizada e das comunidades tradicionais dependentes do espaço e recursos destas áreas.

Segundo o ICMBio/MMA (2010), o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Mandira é produto de um processo de doze anos de cooperação e troca de informações entre moradores, técnicos e pesquisadores, bem como da

implementação e avaliação de ações acordadas e colocadas em prática visando consolidar a Unidade de Conservação em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade local e de acordo com os dispositivos legais e administrativos vigentes.

## **O PLANO DE MANEJO DA RESEX DO MANDIRA E O CICLO DO GCI**

Analisou-se o documento a partir das especificidades de cada um dos estágios do ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado:

### **ESTÁGIO 1:**

No primeiro estágio do ciclo do Gerenciamento Costeiro são identificados e elencados os temas a serem trabalhados. No caso em questão, verificou-se a necessidade de se planejar a gestão da Reserva Extrativista do Mandira, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da UC e de manejo dos recursos naturais e programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Nesta fase do ciclo se desenrola a definição de que seria então realizado um plano de manejo participativo, construído junto com a população tradicional presente na área da Unidade. Neste momento estabeleceu-se os atores envolvidos no planejamento e preparação do programa. O grupo de trabalho para a elaboração do plano de gestão da RESEX Mandira foi múltiplo e diverso, contando com a participação de diferentes instituições: Instituto de Pesca/SP; Fundação Florestal/SP; Instituto de Terras/SP; Universidade Estadual Paulista - UNESP (Campus de Registro); Representantes da Associação dos Moradores do Mandira; ONG Gaia Ambiental; Representantes do Subprograma “Projetos Demonstrativos” - PDA/MMA; e Representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/MMA. Contando com a consultoria de membros do Projeto de Desenvolvimento Sustentável com Populações Tradicionais - PNUD BRA 99/024 e sob a coordenação do ICMBio.

### **ESTÁGIO 2:**

O segundo estágio do ciclo diz respeito ao planejamento e preparação do programa, no caso em foco o plano de manejo da RESEX Mandira. Nesta fase são compiladas informações relevantes para a gestão, são estabelecidas prioridades tanto no enfoque de problemas como no de oportunidades, além de considerar a viabilidade de novas possibilidades para desenvolvimento econômico.

Em referência à compilação das informações necessárias, o plano de manejo apresenta toda a caracterização da Reserva de Mandira: seu contexto regional; aspectos ambientais e de diversidade de paisagens e ecossistemas; aspectos institucionais; aspectos socioeconômicos e culturais; e também o estado de conservação, ameaças, conflitos e impactos ambientais e sociais observados no contexto da UC.

Relativo a esta etapa vale ressaltar que o plano apresenta o zoneamento, e estabelece a Zona de Amortecimento pertinente a RESEX conforme a Lei nº 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O plano também define em tópico específico o Plano de Utilização da Reserva Extrativista, o qual foca principalmente a participação da população quilombola e caiçara dos Mandira.

Sobre o estabelecimento de prioridades no manejo da RESEX, o plano propõe ações para o aprimoramento da gestão, definindo diretrizes e ações prioritárias a serem desenvolvidas com o intuito tanto da construção de infraestrutura necessária à gestão quanto da execução do manejo em si, isso para RESEX como um todo e também especificamente para sua zona de amortecimento.

Em relação à observância de desenvolvimento econômico, o plano de manejo da reserva define: programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, os quais enfocam a conservação ambiental e manejo sustentável de recursos naturais (manejo, proteção, pesquisas, prevenção e monitoramento); as cadeias produtivas; e a qualidade de vida, cidadania e promoção cultural da comunidade tradicional Mandira. O plano apresenta ainda a análise de múltiplos cenários (continuidade do cenário atual, cenário pessimista e cenário otimista), os quais consideram as atividades econômicas e manejo dos recursos naturais pela população beneficiária, a organização socioprodutiva e as pressões e ameaças externas.

Estabelece-se neste estágio uma agenda, estratégia e divisão de atividades. Pontua-se as recomendações pertinentes para as políticas, metas e projetos que irão compor o plano de GCI.

Ainda nesta fase delinea-se um apropriado sistema de monitoramento e avaliação, sendo neste momento definidos os indicadores necessários para tanto.

#### ESTÁGIO 3:

Na Terceira etapa do ciclo é prevista adoção formal e financiamento do programa. No caso do plano de gestão participativa da RESEX Mandira é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que responde pelo seu financiamento. Sua adoção formal se dá por meio do projeto PNUD BRA 99/02, intitulado Projeto de Desenvolvimento Sustentável com Populações Tradicionais, sendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a instituição executora responsável.

#### ESTÁGIO 4

Este momento do ciclo prevê a implementação do que foi definido no programa, no caso o plano de manejo participativo da reserva. O plano distingue com clareza como ocorrerá essa fase, a partir do tópico específico “Gestão da Reserva”, no qual são apontadas as diretrizes e ações prioritárias a serem desenvolvidas pelas diferentes instituições que compreendem esse manejo participativo: Conselho Deliberativo; Associação de Moradores; Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio; e Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia– Cooperostra.

Nesse item do documento é esmiuçado cada atividade de implementação do plano, sendo elencadas as estratégias para sua execução, de quem é a responsabilidade da execução, sugestão de quando a ação deve ser iniciada e qual a sua duração prevista.

#### ESTÁGIO 5:

É nesta fase do ciclo que se dá a operação do plano. Neste ponto a estrutura de governança avança os processos e programas de GCI, os programas reguladores passam a ter efeito e os projetos específicos estão sendo designados em conexão com o desenvolvimento econômico da costa. As agências setoriais seguem com a regulamentação da RESEX, só que agora como parte de um programa de gerenciamento costeiro integrado, aqui configurado no plano de manejo participativo da reserva Mandira.

Neste momento realiza-se a fiscalização e monitoramento de todas as atividades previstas e em desenvolvimento, o que se torna crucial para a etapa seguinte, a qual diz respeito à avaliação do programa. O plano de manejo da reserva não deixa de ressaltar, em diferentes partes do documento, a relevância do monitoramento, destacando ainda a importância da população local na fiscalização das atividades desenvolvidas na área da UC.

#### ESTÁGIO 6

Nesta etapa desenvolve-se a avaliação das ações do programa. Um dos objetivos do Plano de Manejo da RESEX do Mandira, elencado no próprio documento, relaciona-se diretamente com a avaliação das ações destacadas no plano: *“assegurar o constante aprimoramento do manejo da UC, contemplando o aproveitamento e adequação de resultados de pesquisas científicas definidas como prioritárias e as informações decorrentes do processo de monitoramento regular de aspectos socioambientais e econômicos da área protegida.”*

Contudo, em relação a indicadores, só é explicitado e devidamente detalhado os indicadores a serem utilizados para monitoramento e avaliação socioeconômica. Apesar do destaque dado ao monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da reserva e que podem interferir diretamente na qualidade ambiental de seu espaço físico e de seus recursos, os indicadores a serem considerados na avaliação de outros aspectos, como o ambiental, não são objetivamente pontuados no plano.

Deste modo, acaba por supor-se que a avaliação das ações será realizada a partir do desenvolvimento (avaliação positiva) ou não (avaliação negativa) dos itens estratégicos para execução destacados para cada ação específica dos subprogramas. Sendo a avaliação final e geral uma compilação dos resultados, tanto positivos quanto negativos, pertinentes ao manejo participativo da reserva.

O documento apresenta a recomendação de que o Plano de Manejo em questão seja revisto em no máximo três anos após sua aprovação. Momento então que se daria sua avaliação e revisão, originando um novo plano de manejo, agora atualizado, reiniciando desta forma o ciclo do Gerenciamento Costeiro aqui descrito e detalhado.

## CONCLUSÕES

A criação da Reserva Extrativista do Mandira foi resultado da organização e luta da comunidade tradicional que se relaciona com esta reserva, a Comunidade Mandira, a qual vinha sendo profundamente afetada pela sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral ao seu território. O desenvolvimento de um plano com vistas à gestão participativa da UC faz parte da vitória alcançada pela comunidade.

A análise do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Mandira possibilitou o desenvolvimento de uma demonstração prática de como se aplica o ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado em um caso de gestão de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Este estudo ilustrou, a partir do conteúdo do plano de gestão da reserva, cada um dos seis estágios pontuados por Biliiana Cicin-Sain e Robert Knecht para o ciclo do GCI.

A aplicação dos fundamentos do gerenciamento costeiro, tendo-se por base os estágios do ciclo do GCI, permite o estabelecimento e condução de processos decisivos para que se alcance um resultado positivo para um plano, projeto ou programa na zona costeira. Como por exemplo, a definição do processo de avaliação referente ao Plano de Manejo da RESEX de Mandira, que não se apresentou de maneira pontuada e objetiva no documento em questão, poderia ter sido mais bem definido e conduzido se baseado nos pressupostos do Gerenciamento Costeiro Integrado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Arruda, Rinaldo. "Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente e Sociedade*. Ano II – Nº 5 – 2º Semestre de 1999. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf)>. Acesso em jun. 2013.
2. Cicin-sain, Biliiana; Knecht, Robert W. *Integrated Coastal and Ocean Management: concepts and practices*. Washington, D.C.: Island Press, 1998.
3. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio/MMA). *Plano de Manejo Participativo: Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/SP*. São Paulo, 2010. Disponível em : <[www.icmbio.gov.br/.../Plano%20Manejo%20Mandira%202010.pdf](http://www.icmbio.gov.br/.../Plano%20Manejo%20Mandira%202010.pdf)>. Acesso em jun. 2013.
4. SILVA, Simone Rezende da. *Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2008. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/pt-br/biblioteca>>. Acesso em abr. 2013.